

**Portugal: A European Story**

Álvaro de Vasconcelos e Maria João Seabra (editores),

Cascais: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais/Principia, 2000

Passados dezasseis anos desde a adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Europeia, esta é uma altura propícia para fazermos um balanço do processo de integração europeia. Neste contexto, é de saudar a publicação do livro *Portugal: A European Story*, editado por Álvaro de Vasconcelos e Maria João Seabra, o qual fornece uma importante análise interdisciplinar do processo de adesão de Portugal à UE. A publicação desta obra é ainda de louvar não só pela manifesta carência de obras em inglês que explorem a adesão portuguesa à UE, como também pelo excelente trabalho de tradução.

Apesar desta ser uma iniciativa de enaltecer, é preciso também sublinhar que o resultado final é um pouco desequilibrado, talvez devido à enorme diversidade dos colaboradores. Alguns artigos são bastante interessantes e com uma razoável dose de academismo e investigação, enquanto outros são uma mera aglomeração de ideias dispersas, que aumentam mais o volume do livro do que elucidam o leitor sobre o tema em discussão. Igualmente, faltam um ou dois capítulos com um maior teor académico que discutissem a evolução da economia e das regiões portuguesas desde a adesão à UE. Tendo isto em conta, vejamos então quais são os principais contributos desta obra.

**A dimensão política**

O primeiro capítulo, escrito por Álvaro de Vasconcelos, discute os aspectos políticos da adesão. Vasconcelos argumenta que a entrada para a UE teve principalmente contornos políticos, tais como o desejo de consolidar a jovem democracia portuguesa. Portugal voltava finalmente à Europa. Devido ao um certo receio nacionalista, os primeiros anos da adesão foram marcados por uma patente prudência na área política. O aceleramento do crescimento económico no final dos anos 80 e a manifesta melhoria das condições de vida dos portugueses retiraram vigor ao argumento nacionalista. A partir da primeira presidência portuguesa da UE, Portugal

envolve-se mais nos assuntos comunitários e dissocia-se claramente do clube dos euro-cépticos. A partir de 1995, esta tentativa de afirmação política na UE é, porventura, acentuada com a chegada de um novo governo. Vasconcelos descreve com entusiasmo esta tentativa de afirmação do governo socialista perante as instâncias comunitárias, principalmente devido ao trabalho realizado no âmbito da Cimeira de Lisboa. Contudo, Vasconcelos não explora o erro estratégico do governo português nessa «Cimeira do Emprego», a qual se revelou numa oportunidade perdida para reformar a UE. Ter dado prioridade à criação de emprego numa altura em que o pleno emprego começava a regressar ao continente europeu revelou-se num acto verdadeiramente anacrónico. As grandes questões que se colocam à Europa no início do novo milénio não são a criação de emprego ou a manutenção do pleno emprego. Estas são meras consequências das tendências de longo prazo de qualquer economia. Se a Europa aspira tornar-se um líder mundial, o grande desafio que se lhe coloca é criar as condições necessárias para que a UE se torne num espaço de inovação e criatividade. Assim, não é dando prioridade ao emprego que se combatem os problemas europeus, mas sim através de políticas fiscais competitivas, e políticas que aumentem a flexibilização dos mercados de trabalho e fomentem a produtividade.

O resto do artigo de Álvaro de Vasconcelos oscila entre o académico e o banal, discutindo temas tão variados como sejam o número de *F16* portugueses utilizados no Kosovo, as relações com os países de expressão portuguesa e com a Espanha, e a criação de um Senado europeu como forma de salvaguardar os interesses dos Estados de menor dimensão.

O segundo artigo intitula-se «A Transição Democrática em Portugal e o Alargamento da União Europeia», e é da responsabilidade de Mário Soares. Este é um capítulo fascinante e que valoriza grandemente esta publicação, apesar de, por vezes, ter contornos demasiado políticos. Soares começa por descrever os processos de transição democrática em Portugal, em Espanha e na Grécia, sublinhando que os portugueses foram os precursores do movimento democrático na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Soares descreve com a autoridade de quem viveu e liderou nestes momentos

atribulados da democracia portuguesa e, assim, não é de todo estranho que, às vezes, a história do país se confunda com a vida do autor (Soares utiliza por várias vezes a primeira pessoa para se referir a acontecimentos do pós-25 de Abril). Por entre episódios hilariantes (como a «teoria da vacina» de Henry Kissinger, que preferia que um regime comunista se implantasse em Portugal para servir de exemplo contra o comunismo noutros países europeus) e opiniões pessoais marcantes («Não pode haver uma União Europeia estável se esta permanecer indiferente ao resto da Europa»), Soares demonstra que não só é um comunicador nato, como também um escritor cativante. Adicionalmente, Soares debate o presente e o futuro da UE, argumentando a favor do reforço da união política após a implementação do Euro.

O capítulo seguinte, «O Processo de Negociação», é da autoria de João de Varella. Este é, porventura, o texto mais denso desta obra. Por vezes, o autor utiliza frases extremamente longas, que distraem o leitor e dificultam a apreensão dos argumentos debatidos. O texto é uma extensa discussão sobre a burocracia europeia e sobre os processos de negociação na UE. Contudo, o autor não se debruça muito sobre a especificidade do processo de negociação português, preferindo dissertar sobre as vantagens e desvantagens da maioria de voto qualificada em relação aos votos por unanimidade. Este é um capítulo de certa forma informativo, mas que talvez dê demasiada ênfase a detalhes sem grande relevância para o leitor.

No quarto capítulo, José Luís da Cruz Vilaça discute as negociações e as implicações legais do processo de integração portuguesa. Este é um artigo particularmente interessante e de um bom teor académico, sendo um óptimo recurso para quem se preocupa com as implicações legais da integração. Entre outras coisas, o artigo explica como é que os diversos governos se adaptaram durante a fase de negociações, que instituições foram úteis, e analisa as implicações legais da adesão à UE. Nomeadamente, Cruz Vilaça debate as diversas revisões constitucionais necessárias para a aplicação da lei comunitária em Portugal, desde a fase da adesão até à introdução dos Tratados de Maastricht e Amesterdão. Adicionalmente, Cruz Vilaça discute os muitos regulamentos e legislação

secundária que foram implementados em várias áreas devido aos imperativos comunitários (a introdução do IVA, protecção ambiental e do consumidor, energia, etc.). Na parte final, Cruz Vilaça fornece um balanço abreviado do sucesso da integração da legislação europeia em Portugal.

### **O impacto económico**

Em seguida, Francisco Torres escreve um excelente artigo, com um maior teor académico, sobre a transição portuguesa para a união económica e monetária. Neste capítulo, Torres descreve o processo de convergência nominal da economia portuguesa desde a adesão à UE e o processo da entrada do escudo para o Sistema Monetário Europeu. Várias importantes ideias são debatidas. Em primeiro lugar, Torres considera que a união monetária funciona principalmente como um mecanismo de estabilização económica. Visto que os países da Eurolândia abdicam da independência da sua política monetária, os seus governos podem preocupar-se com reformas estruturais de longo prazo que fomentem o desenvolvimento económico. Em segundo lugar, dada a grande integração comercial com a UE (Portugal exporta cerca de 80 por cento dos seus produtos para a UE e cerca de 75 por cento dos produtos importados têm origem na UE), podemos estar certos que a participação portuguesa na união monetária europeia trará sempre mais benefícios do que custos. Em terceiro lugar, permanecem os riscos de choques assimétricos, visto que a estrutura da economia portuguesa ainda é distinta das suas congéneres europeias. Porém, Torres considera (correctamente) que uma política monetária nacional independente se torna menos relevante devido à elevada flexibilidade dos salários portugueses e devido aos fenómenos da globalização e do alargamento da UE a Leste. Ou seja, a competitividade de longo prazo das empresas portuguesas nunca poderá ser conquistada através de desvalorizações cambiais, mas sim através do aumento da produtividade nacional. Por isso, a longo prazo, a taxa de câmbio não interessa para o crescimento e desenvolvimento económico. Deste modo, segundo Francisco Torres, Portugal terá mais a ganhar do que a perder com a introdução do Euro.

Isabel Mota discute a aplicação dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão. Segundo Isabel Mota, o balanço das transferências fiscais europeias para Portugal é francamente positivo: os fundos estruturais tiveram um impacto médio real de 2,4 por cento no PIB português, representaram cerca de 8 por cento da formação fixa de capital total, e geraram directa ou indirectamente cerca de noventa e dois mil e quinhentos empregos. Isabel Mota faz também uma avaliação esquemática de outros aspectos positivos e negativos da aplicação dos fundos estruturais. Este é um assunto de grande importância que merecia ser mais explorado, mas que a autora menciona somente de uma forma sintética. O texto de Isabel Mota é bastante elucidativo e possui certas mais-valias por introduzir gráficos e tabelas. Contudo, peca por algum esquematismo, e por vezes dá-nos a sensação de estarmos a ler mais um relatório administrativo ou empresarial do que um artigo de uma publicação académica. O resultado final certamente seria mais positivo se a autora tivesse investido um pouco mais na construção de um texto mais elaborado e coerente.

No capítulo seguinte, Armando Sevinate Pinto debruça-se sobre a transformação estrutural que o sector agrícola português sofreu com a integração europeia. Este é um artigo equilibrado, que debate alguns pontos interessantes e que fornece uma (bem-vinda) avaliação positiva da integração da agricultura portuguesa na UE. Quando Portugal aderiu à Comunidade Europeia, o peso do sector agrícola na economia nacional reflectia bem o grau de subdesenvolvimento do país. Nessa altura, o sector agrícola era responsável por cerca de 17 por cento do PIB português e empregava cerca de 30 por cento da força de trabalho. O sector sofria então de uma manifesta insuficiência de mecanização, baixas taxas de investimento, exíguas infra-estruturas e um reduzido tamanho médio das propriedades agrícolas. Cerca de quinze anos depois, o sector agrícola ainda emprega cerca de 12 por cento da população activa. Todavia, existem alguns indicadores positivos. O número de propriedades agrícolas caiu cerca de 39 por cento, enquanto que a área média de cultivo aumentou 48 por cento. A intervenção directa aos produtores cresceu cerca de 300 por cento (!), o que se traduziu numa redução líquida dos preços dos produtos

agrícolas em cerca de 44 por cento. Por outro lado, apesar do rendimento total do sector ter descido 43 por cento em termos reais, o rendimento por propriedade decresceu somente 6 por cento, enquanto que o rendimento por unidade de trabalho cresceu cerca de 21 por cento. Ou seja, apesar da transição para uma agricultura mais competitiva e avançada ainda não estar terminada, a verdade é que nem tudo é negro neste sector da economia portuguesa.

A finalizar o artigo, Sevinate Pinto oferece uma pertinente crítica à Política Agrícola Comum, a qual, por ter sido desenhada originalmente para os países mais ricos da UE, não se adequa às necessidades dos países menos desenvolvidos. Considero igualmente que uma futura reforma da PAC deveria abranger outros aspectos. A UE gasta cerca de metade do seu parco orçamento para agradar aos agricultores dos países mais avançados (principalmente os franceses), distorcendo os preços dos mercados e prejudicando o consumidor europeu. Ora, o alargamento a Leste traz consigo novos desafios, que não podem comportar a continuação de uma ajuda maciça dos agricultores europeus. Deste modo, urge reformar a PAC e inculcar nos agricultores europeus um maior espírito de mercado e uma maior autonomia em relação à sua excessiva subsídio-dependência. Só assim poderá a PAC (e o orçamento comunitário) sobreviver no futuro.

No artigo seguinte, Nuno Piçarra debate a «Experiência Portuguesa de Cooperação Europeia nas Áreas da Justiça e da Administração Interna». Este é um capítulo bastante informativo, apesar de ter demasiadas siglas e termos técnicos. Porém, esta é uma excelente discussão de temas tão importantes como sejam o Acordo Schengen, os desafios apresentados do alargamento a Leste, e a criação da Europol (a polícia europeia). À luz dos trágicos acontecimentos de 11 de Setembro, os diversos parceiros europeus irão certamente intensificar a discussão sobre o futuro do Acordo Schengen e a segurança na UE, o que poderá fornecer um maior ímpeto à criação de um FBI europeu e normas penais comuns a nível europeu.

### Os manos ibéricos

O livro fecha com chave de ouro com o artigo de Maria João Seabra. Esta é uma análise sucinta e isenta de um dos principais benefícios da integração europeia: a Europa devolveu-nos a Península Ibérica. Os dois vizinhos ibéricos, voltados de costas durante décadas (se não séculos), iniciaram uma nova e promissora fase de relações bilaterais graças ao processo de integração europeia. No plano político, as relações bilaterais institucionalizaram-se com as Cimeiras Ibéricas anuais, enquanto que, no plano económico, aumentaram as trocas comerciais e os fluxos de investimento. Devido à maior integração económica entre os vizinhos ibéricos, os gritos de «invasão espanhola» ainda ecoam em certos sectores da sociedade portuguesa. Estes gritos são manifestações de um nacionalismo arcaico e desinformado, que reflecte mais um temor pelo passado do que uma premonição de futuro. A verdade é que Portugal e a Espanha somente têm a ganhar com uma maior aproximação, não só a nível económico, como também na defesa dos interesses comuns junto da UE. Por tudo isto, este texto de Maria João Seabra é um documento importante, onde se relatam os factos e não se inventam supostas verdades. De qualquer forma, o resultado final beneficiaria se a autora tivesse utilizado mais dados estatísticos sobre o impacto da adesão nas relações bilaterais.

Uma palavra final sobre o contributo desta publicação. Por tudo quanto foi referido acima, e pelos seus desequilíbrios, esta não é a tão esperada publicação académica interdisciplinar que investigue com autoridade o impacto da integração da economia portuguesa na UE. Dito isto, julgo ser necessário sublinhar novamente que *Portugal: A European Story* é uma preciosa contribuição para o debate sobre os benefícios e custos da integração portuguesa na União Europeia. A primeira pedra do edifício está lançada – esperemos que outras se sigam.